

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes —
Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin —
Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. —
Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Soto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 686-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.891-73, de 12 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CELSO APARECIDO DE CASTRO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 1.º de abril de 1968 e 1.º de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 687-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.452-73, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LEONILDO MARCHIORO, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial, a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 21.02.69 e 10.02.73, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, das férias referentes aos anos de 1968, 1970 e 1971, contadas em dobro e de 11 (onze) dias em que prestou serviços a este Poder, na qualidade de contratado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 688-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.451-73, de 29 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de MARIA IGNEZIA CAVALLARI FAGUNDES, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de julho de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 689-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.601-73, de 03 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LUIZ CARLOS MONTEIRO, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 1.º de maio de 1963 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 690-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.051-73, de 14 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LIGIA MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 06 (seis) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07-01.1963 e igual data de 1968; e,

II — conceder o acréscimo de mais 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 170, da mesma Lei a partir de 07 de julho de 1972, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou 10 (dez) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de 10% (dez por cento).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 710-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.921-73, de 5 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário BOLIVAR CAMARGO BARROS, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 711-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.858-73, de 04 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA DE LOURDES MALTAURO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) meses, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1971 e das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 712-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.026-73, de 09 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARCOS UNIGA, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 713-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 9.054-73 e 9.055-73, de 17 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 129, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de TABAJARA MARTINS, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Motorista, do Grupo Ocupacional de Transporte, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, dois (02) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 12 de fevereiro de 1968 e 30 de abril de 1969, em que prestou serviços à Secretaria desta Assembléia, na qualidade de contratado; e,

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da mesma Lei, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1969, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 714-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.626-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ENIO MEDEIROS, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 715-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.767-73, de 02 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a IRANI CARINI, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%) a partir de 06 de setembro de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 716-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.655-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ CHECHELISKI, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal, da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 10 de maio de 1965 e igual data de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 717-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.060-73, de 10 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de MANOEL MARTINS DE CASTRO ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 718-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.664-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo n.º 82759 de 25 de março de 1959, para declarar que o tempo em que RAUL ZIPPERER, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia prestou serviços ao Poder Executivo, no período compreendido entre 09 de fevereiro de 1953 e 10 de agosto de 1953, contados para todos os efeitos legais, é de seis (06) meses e um (01) dia, e não como consta naquele ato, e

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 a partir de 10 de outubro de 1973 data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 719-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.438-73 de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de quinze por cento (15%), a partir de 03 de outubro de 1973, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 720-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.052-73, de 10 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IVO GUSSO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1969, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 721-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.023-73, de 09 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de AIMORÉ OD ROCHA, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 722-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.517-73, de 27 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de VIDAL VANHONI, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1967, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 723-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.009-73, de 09 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 1.º de fevereiro de 1965 e 1.º de outubro de 1969, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1967 e 1968, contadas em dobro; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 1.º de agosto de 1973, data em que, em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 724-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.628-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JULIO XAVIER VIANNA, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 725-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.656-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 726-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.627-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de REGINALDO FANCKIN, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972 que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 727-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.401-73 de 24 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo n.º 97-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere a ROSA FERNANDES, funcionária do Quadro de Pessoal da Se-

cretaria desta Assembléia, a fim de elevar para cinquenta por cento (50%) a gratificação de serviços extraordinários, a partir de 1.º de outubro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 728-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.810-73, de 16 de março de 1973 deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar pagar a MARIA DE LOURDES SANTOS, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a gratificação correspondente e cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos por ter prestado serviços extraordinários no período compreendido entre 1.º de março e 13 de agosto do ano em curso; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de outubro de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 729-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.061-73, de 17 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar os Decretos Legislativos n.ºs 97-73, de 13 de março de 1973, na parte que se refere a LINDAMIR EDIL CARAN, autorizada a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço de seus vencimentos e 131-73 de 19 de março de 1973, que autoriza a funcionária ELIDA DAITCHMANN a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária LINDAMIR EDIL CARAN, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente e cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 730-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.952-73, de 13 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOÃO MARTINS SOBRINHO, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série e Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (01) um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 1.º de julho de 1960 e igual data de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 731-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.431-73, de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar retificar o Ato n.º 151, de 31 de março de 1952, para declarar que o tempo em que ELZA CARNEIRO CAMARGO, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviços ao Grupo Escolar Telêmaco Borba, de Tibagi, como professora contratada, contando para todos os efeitos legais, é de quatro (04) anos, oito (08) meses e dezoito (18) dias, compreendido entre 11 de maio de 1946 e 29 de janeiro de 1951, data em que assumiu o cargo para o qual foi nomeada nesta Casa, e não como consta naquele Ato;

II — mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 12, de 17 de janeiro de 1968, para declarar que o tempo de serviços prestados à Prefeitura Municipal de Reserva, contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, é de dois (02) anos, dez (10) meses e vinte e oito (28) dias, compreendido entre 13 de junho de 1943 e 11 de maio de 1946, e não como consta naquele Ato;

III — mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 262, de 23 de agosto de 1966, para declarar que a incorporação, para todos os efeitos legais, do tempo de um (01) ano ao seu acervo de serviço público, correspondente ao segundo decênio, está compreendida entre 11 de maio de 1956 e 11 de setembro de 1965, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1952, 1953, 1954 e 1959, contadas em dobro, e não como consta naquele Ato;

IV — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio, compreendido entre 11 de setembro de 1965 e 11 de agosto de 1969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1965, contadas em dobro; e,

V — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 11 de outubro de 1973, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 732-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.760-73, de 02 de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias referentes ao ano de 1971 e das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de outubro de 1973

DECRETO LEGISLATIVO N.º 733-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10.952-73, de 05 de novembro de 1973, deste Poder,

D E C R E T A :

alterar o Orçamento Analítico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pelos Decretos Legislativos n.ºs. 268 e 554-73, tendo em vista a Alteração n.º 300 de 24 de outubro de 1973 no Demonstrativo Financeiro de Execução Orçamentária para o presente exercício e a necessária suplementação nos sub-elementos abaixo discriminados, os quais terão os seguintes valores:

MATERIAL DE CONSUMO — 3.1.2.0

02	— Artigos de Expediente, Desenho, Ensino e Educação	105.000
03	— Material de Limpeza, Conservação e Desinfecção	4.000
05	— Material Utilizado em Oficina; Acessórios; Peças de Máquinas, Viaturas, de Aparelhos e Instalações	100.000
11	— Produtos Químicos, Farmacêuticos, Biológicos, Odontológicos; Artigos Cirúrgicos e Outros de Uso em Laboratórios	6.000
13	— Vestuários, Fardamentos, Tecidos em Geral, Roupas de Cama, Mesa e Banho; Material de Dormitório, de Copa e Cozinha; Objetos de Toilete e de Uso Pessoal	19.000
18	— Outros Materiais de Consumo	3.000
	Reserva Técnica	472.000

SERVIÇOS DE TERCEIROS — 3.1.3.0

04	— Iluminação e Força Motriz	51.000
06	— Reparos e Adaptações; Recuperação e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	95.000
07	— Divulgação de Atos Oficiais; Serviços de Imprensa e Encadernação	50.000
09	— Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais	180.000
10	— Aluguel e Arrendamento de Imóveis, Foros e Despesas de Condomínio	50.000
11	— Seguros em Geral	16.000
	Reserva Técnica	—0—

ENCARGOS DIVERSOS — 3.1.4.0

01	— Despesas de Pronto Pagamento	95.000
02	— Premios, Condecorações, Diplomas e Medalhas	55.000
	Reserva Técnica	131.000

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de novembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 221ª Sessão Ordinária Realizada em 9 de Novembro de 1973

(Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldari — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E

MENSAGEM:

MENSAGEM 101-73

Curitiba, 6 de novembro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado.

O Plano de Lei ora proposto a essa Augusta Casa é altamente significativo, eis que virá dotar o Tribunal de Contas do Estado dos cargos de provimento em comissão considerados essenciais aos seus diversos serviços admi-

nistrativos ensejando, também, àquela Corte de Contas, condições no sentido do aperfeiçoamento de sua metodologia de trabalho, com vistas ao pleno desempenho de suas elevadas finalidades.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Ficam criados, no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão:

N.º de cargos	Denominação	Símbolo
1	Diretor Geral	1—C
4	Diretores	1—C
1	Assessor Jurídico da Presidência	1—C
2	Assessores da Presidência	2—C
1	Secretário do Conselho Superior	2—C
2	Assessores de Imprensa	3—C
7	Assessores de Diretoria	4—C
1	Assistente Técnico do Conselho Superior	5—C
1	Assistente Técnico da Diretoria Geral	5—C
1	Assistente da Corregedoria	5—C
1	Assistente da Auditoria	5—C
7	Auxiliar de Gabinete	7—C

§ 1.º. Os cargos de Diretor Geral, Assessor Jurídico da Presidência, Assessor da Presidência, Secretário do Conselho Superior, Assistente da Diretoria Geral e Assessor de Diretoria, são privativos de portadores de diploma de curso superior.

§ 2.º — As atribuições e competência do Diretor Geral serão definidas e fixadas por ato próprio do Tribunal de Contas.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIO:

Sob o n.º 220-10-73, do Senhor Carlito Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Arapongas, comunicando que em Sessão Plenária foi aprovado por unanimidade o Ofício Circular (Proposição 9-73), da Câmara de Rolândia, no que diz respeito ao problema dos professores suplementaristas. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 267-73.

Requerimento

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão Sebastião Fererira Bueno e que do fato se dê conhecimento à família enlutada, nesta Capital, à rua Kennedy, 2.078.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1973

(a) — Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, em cumprimento às suas obrigações de legislador, vem pelo presente Requerer, após consultado o douto Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, doutor Emílio Gomes, solicitando sejam determinadas urgentes providências visando a concessão de elevação de nível e promoção para o funcionalismo público estadual.

Atualmente a burocracia que impera para que o servidor seja contemplado com estes benefícios previstos em Lei tem acarretado sérios transtornos para a laboriosa e tão sacrificada classe. Promoção não vem sendo proporcionada há mais de 10 anos, deixando assim o Governo do Estado de reconhecer o valor dos servidores que se destacam no cumprimento de suas obrigações. Não é culpa do atual Governo, cujo titular assumiu não faz muito tempo. Mas o acatamento desta solicitação por parte do Governador Emílio Gomes virá trazer um novo alento aos milhares de servidores públicos que participam ativamente do desenvolvimento do nosso Estado. Os salários percebidos pela classe já são bastante irrisórios, cuja injustiça poderia em parte ser corrigida com a concessão dos direitos a que ela tem direito por força das leis vigentes.

Não foram os servidores que fizeram as leis, mas esperam que elas sejam cumpridas, dentro do espírito de justiça que caracteriza o Governo do Sr. Emílio Gomes.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 1973

(a) — Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente, passando-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 185-72, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 185-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2.º — A Escola terá, além de um Ginásio Técnico Industrial, cur-

sos de aprendizagem que mais correspondam às necessidades de mão-de-obra, especializada no Município de São José dos Pinhais.

Art. 3.º — O curso ginásial técnico terá a duração letiva de 4 (quatro) anos e os demais cursos o tempo necessário à sua aprendizagem, de acordo com as normas vigentes no ensino profissional.

Art. 4.º — A Escola Técnica sob regime de fundação e o seu sistema de ensino funcionará sob estado de semi-internato.

Art. 5.º — O regime financeiro e didático da Escola Técnica será fixado de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e regimento interno.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73

(aa) Gilberto Carvalho

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 95-73, que dispõe sobre a Proteção dos Recursos Hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 95-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os efluentes das redes de esgotos, os resíduos líquidos das indústrias e os resíduos sólidos domiciliares ou industriais somente poderão ser lançados às águas situadas no território do Estado, "In-Natura" ou depois de tratados, quando as águas receptoras, após o lançamento, não sofrerem poluição.

§ 1.º — Para efeito deste artigo, considere-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações e ainda, possa comprometer a flora e a fauna aquática e a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos.

§ 2.º — O lançamento dos efluentes e dos resíduos de que trata este artigo dependerá de autorização expressa da "ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS".

Art. 2.º — Na regulamentação desta Lei, as águas do Estado serão classificadas e enquadradas de acordo com o seu uso preponderante, fixando-se os limites admissíveis e as condições de lançamento de efluentes e resíduos domésticos e industriais.

Art. 3.º — As atribuições decorrentes desta Lei ficam cometidas à ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Art. 4.º — As pessoas físicas e jurídicas que infringirem esta Lei serão punidas com a multa diária de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos regionais enquanto perdurar a infração, podendo a autoridade competente interditar as instalações causadoras da poluição das águas, até que cesse o motivo da poluição.

§ 1.º — A aplicação das penalidades de que trata este artigo não impede que outras ações paralelas de responsabilidade penal sejam tomadas.

§ 2.º — As importâncias arrecadadas através da aplicação de multas serão destinadas a ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

Art. 5.º — Esta Lei será regulamentada dentro de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 105-73, que autoriza o Poder Executivo firmar através do D.E.R., Convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 105-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar através do Departamento de Estradas de Rodagem, convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para a construção de uma ponte sobre o rio Anhumas.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta das verbas especificadas no convênio a ser celebrado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 128-73, que declara de Utilidade Pública, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 132-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a — AMAR — Assistência ao Menor para Amparo e Recuperação, com sede e foro nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 132-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AMAR — Assistência ao Menor Para Amparo e Recuperação, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 148-73, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Uraí. **Aprovado.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uraí, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 191-73, que declara de Utilidade Pública, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 191-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 200-73, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Andirá — ASA, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 200-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Assistência Social de Andirá — ASA, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31-10-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso e Antônio Lopes Júnior — Relatores

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Ferreira Bueno. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 267-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a concessão de elevação de nível e promoção para o funcionalismo público estadual. — **Aprovado.**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli, inscrito para falar em explicação pessoal.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta Tribuna no dia de hoje, para externar nossa surpresa pelo que vimos ontem à noite na televisão, de que o Detran iria apreender os "piranhas" na cidade de Curitiba. Logo em seguida recebíamos um telefonema, já pela segunda vez, telefonema anônimo que nós não devíamos mais criticar o Sr. Prefeito ou falar do Sr. Marcos Prado. E de se estranhar que o Deputado que tem esta Tribuna para falar, tenha que se calar perante os atos do Prefeito e do Sr. Marcos Prado.

Ontem, num aparte ao Sr. Paulo Poli, dizíamos que não queríamos entrar no mérito da questão dos motoristas de praça, dos profissionais desta cidade e, com referência aos "piranhas", que não era do nosso conhecimento o assunto, mas que nós pediríamos que houvesse, pelo menos um entendimento, para que os homens que lutam para defender o pão de seus filhos, que são os "piranhas", não fossem cassados e não aconteça o que foi denunciado desta Tribuna, de que mais de 20 carros pertencem a um só cidadão.

Nós, o que queríamos e queremos, é que haja justiça sem se cometer injustiça aqueles que precisam defender o seu pão. Mas, com surpresa nossa, hoje não estamos preparados para falar a respeito dos taxis de Curitiba, podemos dizer que essa nota da "Tribuna do Paraná", para mim é uma afronta a esta Casa de Leis. É uma afronta, porque enquanto a Assembléia pede ao Sr. Prefeito Municipal e o DETRAN que deem uma solução ao caso, eles põem a Polícia na rua para prender cidadãos honestos que defendem o pão de seus filhos e esquecem os marginais, os ladrões, os assassinos, os bandidos que se encontram soltos na cidade.

Esquecem que, hoje, Curitiba é o paraíso dos buracos, esquecem que nas ruas e avenidas da Cidade não se pode transitar, esquecem que este Poder não pode, sequer, falar mais do Prefeito Municipal desta Cidade pelos desmandos, pelo modo como tem nos tratado, pessoalmente, a este Deputado que vos fala.

Não queríamos vir à Tribuna, mas, segunda-feira, se não pudermos estar presentes nesta Casa, faremos um levantamento, pediremos a todos aqueles que nos têm procurado — nós já recebemos não por uma vez, porém mais de 50 cidadãos — fazendo reclamações e denúncias desta Prefeitura Municipal que tem sido mal administrada, que tem jogado dinheiro do povo pela janela, procurando fazer, de Curitiba, um verdadeiro crime, com o dinheiro do povo.

Queremos aqui dizer que somos Deputados que pertencemos às fileiras da ARENA, mas nós não podemos continuar nesta Casa de Leis recebendo afrontas de um Prefeito, de um homem que está nos destinos da Cidade procurando tumultuar, criar problemas, não dando satisfações a ninguém; como aqui disse ontem o nobre Deputado Paulo Poli que teria ele, em mãos, diversas marmeladas e negociações que tem cometido aquela Prefeitura, nós que não sabemos das suas negociações, vamos porém, daqui para a frente receber de todos aqueles que nos trouxerem, informações sobre suas marmeladas, suas negociações.

Queremos dizer aos "piranhas" de Curitiba, que não estamos aqui para

defender nenhuma classe cuja reivindicação não seja justa, não vamos defender os "piranhas" se estiverem errados.

Conversei com motoristas com os quais tive oportunidade de transitar nas ruas de Curitiba, e um deles, com lágrimas nos olhos, disse-me que precisava pagar o seu carro...

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., que mostra o lado humano de V. Exa.

Conhecemos bem a sua preocupação para com aqueles motoristas que não têm culpa de uma situação que não foi criada por eles, é uma situação criada pelas Prefeituras da área metropolitana, mas somos partidários realmente desta tese, que, no momento em que a Prefeitura de Curitiba se dispõe a conceder mais 600 placas para a Capital, que fossem aproveitados esses motoristas "piranhas".

Diz o DETRAN que alguns "piranhas" pertencem a frota. Nós queremos salientar que há casos em que o motorista não é de frota, alguns. Conheço um motorista que vendeu a sua modesta casa e comprou um táxi e emplacou-o; estava trabalhando na Capital; sua esposa estava acometida de grave enfermidade, câncer. Pois bem. De uma hora para outra, aquele profissional perdeu o seu ganha-pão, como se fora um marginal. Então, tanto o Prefeito Municipal quanto o Diretor do DETRAN verão centenas de casos como deste profissional que labutava na praça, cuja renda inclusive era aplicada para tentar salvar a vida de sua esposa.

Gostariamos então de cumprimentar V. Exa. e pedir ao nobre Deputado Paulo Poli que, oportunamente denunciasse, através desta Tribuna da Assembléia Legislativa, quais são as bandalheiras e as negociações praticadas na Prefeitura Municipal de Curitiba, porque esta é a Casa do Povo e aqui nada devemos esconder do povo.

Assim sendo, pela coragem e pelo arrojo do nobre Deputado Paulo Poli foi que tomei a liberdade de apartear Sua Excelência e oportunamente trazer maiores detalhes sobre o assunto.

O SR. FUAD NACLI — Quero dizer ao nobre Deputado Antônio Belinati que nós estamos na Tribuna por duas razões. A primeira delas, ontem, quando eu aparteava o nobre Deputado Paulo Poli, dizia que não era minha intenção entrar no mérito do problema relacionado com os "piranhas". Porque o problema, em parte, me é desconhecido. Em segundo lugar, acho que para se fazer uma denúncia desta natureza, é preciso que se tenha provas. Não pretendo vir à Tribuna para denunciar ninguém.

A nossa maneira hoje, de vir à Tribuna, é fazer uma explicação com referência ao trato, pela maneira com que o Prefeito e o DETRAN têm nos tratado em relação ao problema. Isso não tem acontecido somente com este Deputado que ocupa a Tribuna, porque eu nunca mais voltei à Prefeitura, nunca mais voltei ao DETRAN, mas eu me insurjo é contra a atitude deste órgão. Nós somos do Governo, mas se for para ser Governo e ser tratado desta maneira, então preferimos passar para a Oposição. Queremos ficar independentes porque somos homens independentes. Não podemos ficar dentro da área do Governo e da ARENA com este tratamento. Tivemos uma reunião na Secretaria, a fim de tratar do assunto, pela maneira com que temos sido tratados, principalmente nos Municípios que representamos no Interior, com relação ao DETRAN. De fato, houve uma maneira de agir novamente em relação a nós que buscamos atendimento naquele órgão, mas ultimamente temos sido tratados corretamente. Mas com a denúncia do Deputado Paulo Poli, não podemos deixar de estar ao lado dele. E como já dissemos em parte, não queremos entrar no mérito. Mas queremos deixar claro que o problema dos "piranhas", como disse o Deputado Paulo Poli e Fabiano Braga Côrtes, é realmente delicado. Entre tantos "piranhas" deve haver algum "tubarão" deve ter algum forte, e isso implica também naqueles que têm seus carros emplacados em Curitiba. É uma questão que temos que cumprir friamente não podemos nos apaixonar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, um dos favores que me leva sempre a ter admiração por V. Exa. é exatamente a independência. A independência de posição mantida nesta Casa, desde que para aqui viemos. Deve V. Exa. estar lembrado que em 66 fomos eleitos pela primeira vez, eu e V. Exa., para representar o Paraná nesta Casa. E neste lapso de tempo aprendi a reconhecer em V. Exa. um Deputado que realmente desempenha com eficiência o seu mandato porque é independente, corajoso e verídico. É um homem que quando alguém quer pisar em cima dá o troco na hora. V. Exa. tem razão quando diz que esta Casa tem sido tratada com relativo desprezo pelo Diretor do DETRAN e pelo Prefeito. Embora o Prefeito tenha sido escolhido por esta Casa, porque a indicação do Governador Haroldo Leon Peres, de mal fadada memória, diga-se de passagem. A indicação de Haroldo Leon Peres era uma indicação que poderia ser recusada por esta Casa. Então não existe mais autonomia municipal. Depois que o Governo Revolucionário decidiu que os representantes das capitais e das faixas de fronteiras, não eram escolhidos pelo voto direto do povo, acabou a autonomia municipal. Portanto o Prefeito de Curitiba é obrigado a prestar contas de seus atos ao Poder Legislativo da cidade e ao Poder Legislativo Estadual, por onde ele foi escolhido. Nós somos aqui os homens que fazem as leis, somos os guardiões do cumprimento da lei. Então cumpre aos Deputados zelar para que as leis sejam cumpridas.

Então eu estranho que a esta Casa se insurja contra o Prefeito de Curitiba e contra o Diretor do DETRAN neste caso dos "piranhas", porque não estão fazendo nada mais nada menos do que cumprir a Lei. Diz a Constituição que uma das funções principais do Prefeito é organizar os serviços públicos locais e os serviços de transportes de automóveis "Taxis", dentro do Município de Curitiba regulado por lei municipal. E só quem esteja de posse de um alvará do Município, e com carro devidamente regulamentado, pagando seus impostos em dia, mantendo suas obrigações com o Município é que tem a permissão para trabalhar no transporte de passageiros com automóveis de aluguel dentro do Município!

O que aconteceu no caso dos "piranhas" é que a maioria, com honrosas exceções, a maioria dos Prefeitos da área metropolitana de Curitiba, foi venal, porque sabia que estava contrariando a Lei. Sabia que aquela concessão que estava dando não tinha valor nenhum.

Há um Município que licenciou 248 taxis, quando dentro do Município não há condições de trabalho.

O SR. FUAD NACLI — V. Exa. podia dizer qual é o Município?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Permita-me, por uma questão de ética, não citar nomes, porque não cabe a mim fiscalizar.

Para isto existe o Serviço Nacional de Informações, a Polícia Federal, que já está tomando as devidas medidas contra estes Prefeitos, que cobra-

vam para a Prefeitura, 80 cruzeiros de emolumentos, para licenciar o veículo e dois mil cruzeiros por hora. Por questão de ética e porque não tenho provas — estou afirmando por ouvir dizer, não vou citar nomes. Mas, as autoridades revolucionárias têm o dever de investigar o caso. Licenciaram mais de 600 carros no Município de Curitiba, iludiram esses homens, aceitando-lhes com uma possibilidade fora da Lei. Não podem trabalhar dentro do Município. O Prefeito e o Diretor do DETRAN aguardaram a decisão da Justiça; quando a Justiça declarou ilegal aquela concessão para trabalharem dentro do Município, estão cumprindo a Lei. Não é justo que um Deputado, para fins eleitorais — que não é o caso de V. Exa., não me interprete mal — venha aqui fazer apologia dos que estão fora da Lei. Esta é uma tese que eu não aceito em sua consciência. O Deputado tem o dever... Vir verberar atitude de uma autoridade constituída que não está nada mais nada menos do que cumprindo com a sua obrigação. Primeiro, o Prefeito esperou a decisão da Justiça, que é soberana, no caso. Vinda esta decisão, publicados os Acórdãos, só resta às autoridades constituídas zelar pelo cumprimento da Lei.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que V. Exa. só tem um minuto para terminar sua oração.

O Sr. Erondy Silvério — Peço desculpas a V. Exa. e não vou continuar com o aparte para que a Casa não se prive do magnífico pronunciamento que V. Exa. está fazendo.

Quanto às acusações de que o Prefeito é ladrão e tem feito marmeladas, são acusações sérias e o Deputado que as fez deveria provar. Porque, neste caso, o Prefeito não tem condições de continuar no exercício de sua função. Foi esta Casa que o escolheu e pode retirar a confiança que nele deposita, desde que provadas as acusações. Se provar, o fim do Prefeito está decretado porque quem rouba e faz marmeladas, não pode permanecer em cargo público.

O SR. FUAD NACLI — Deputado Erondy Silvério queria agradecer o aparte e pedir à Presidência que me dê prorrogação para terminar meu pensamento, por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem o prazo prorrogado por quinze minutos.

O SR. FUAD NACLI — Deputado Erondy Silvério, V. Exa. conhece muito bem o problema de trânsito em Curitiba, pois já foi Vereador desta cidade e, além de conhecer os grandes problemas de Curitiba, tem interesses ligados ao trânsito desta cidade. Mas, como já disse, não quero entrar no mérito do problema dos "piranhas" e concessionários de empresas, mas infelizmente às vezes a gente se vê obrigado a fazer isto. Dizia ontem ao Deputado Paulo Poli que deveria ser votado um Requerimento tirando a confiança que esta Casa deu ao Prefeito, de indicação do Governo Haroldo Leon Péres. Não resta mais ao Prefeito da cidade, a não ser pedir o afastamento, depois do pronunciamento do Sr. Deputado Paulo Poli, chamando-o até de corrupto.

Com referência a esta situação, não entro no mérito, como disse ontem e repito hoje.

Fui procurado por diversos motoristas e disse que voltaria à Tribuna porque acho que está sendo um ataque não aos "piranhas" e à população, mas a um Poder.

Primeiro o Deputado Paulo Poli faz um Requerimento, que desconheço o inteiro teor, pedindo à Prefeitura, ao DETRAN e a quem de direito...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. veja que se o Prefeito, movido pelo sentimento humano da questão liberar as placas dentro do Município de Curitiba...

O SR. FUAD NACLI — Não quero entrar no mérito.

O sr. Erondy Silvério — ... Estou entrando no mérito, para explicar a V. Exa. Se o Prefeito visse o lado humano da questão e licenciasse em Curitiba os atuais motoristas de automóveis de aluguel licenciados em outros municípios, como ficariam perguntando, aqueles outros que estão na fila há dois ou três anos. Quero esclarecer V. Exa. no sentido de que existem doze mil requerimentos protocolados na Prefeitura.

O SR. FUAD NACLI — Então há necessidade de uma revisão desses requerimentos.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. me deu aparte e agora permita que conclua, por favor.

V. Exa. sabe que existe o Conselho da mais alta responsabilidade, inclusive é presidido pelo General Representante do Sr. Comandante da 5.ª Região Militar, ilustre Gal. Virmond. Ali não se faz marmelada, as placas liberadas obedecem rigorosamente a ordem de entrada. Até hoje não houve nenhum favoritismo na concessão de placas: Existem 12 mil pessoas esperando na fila. Portanto, é desumanamente impossível atender a todos os motoristas registrados na área metropolitana. Então, todos devem aguardar a sua vez.

O SR. FUAD NACLI — Disse ontem a V. Exa. e repito hoje que não queria entrar no mérito da questão. Mas V. Exa. está me forçando a isso. Gostaria de trazer informações que não fossem refutadas e que não suscitasse dúvidas a ninguém. Pela maneira e pela forma que o Sr. Prefeito Municipal tem tratado os motoristas, bem como o DETRAN, parece que existe o "conto do vigário" em Curitiba; a "patota" dos Prefeitos da vizinhança: O motorista manda emplacar seu carro. O DETRAN aceita o emplacamento, sabendo que eles vão trabalhar em Curitiba. Todo o Paraná sabe que há necessidade desses veículos para atendimento do povo curitibano. São seiscentos e poucos veículos licenciados na área metropolitana, existem mandados de segurança, existe uma série de coisas; existem motoristas que vieram ao meu Gabinete procurar o Deputado Paulo Poli, e não o encontraram. Por todos esses motivos não queria entrar no mérito da questão.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. não deve fazer isso só por mim mas para toda a Casa, é realmente necessário que V. Exa. traga estudos profundos à Casa.

O SR. FUAD NACLI — V. Exa. nobre Deputado Erondy Silvério, é conhecedor profundo da matéria, sei que V. Exa. entende do problema de trânsito da cidade de Curitiba, e tem desta Tribuna, defendido e criticado o problema. Estranhemos que o Sr. Prefeito Municipal afronte este Poder, deixando de responder o pedido de informações feito por esta Casa. É isso que não aceito. E sei perfeitamente, Srs. Deputados, que existem municípios, como Piraguara, São José dos Pinhais, Araucária, que não podem licenciar 200 carros. Não é cabível. Então, porque o DETRAN aceitou esses emplacamentos? Por que não deram um paradeiro no início, assim não haveria esse problema de ordem social.

O sr. Fabiano Braga Cortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Fuad Nacli, ontem tive oportunidade, em aparte ao Deputado Paulo Poli, de externar meu pensamento com relação ao problema

dos táxis de Curitiba. E critiquei, inclusive, o Sr. Prefeito Municipal por não responder a um pedido de informações que ignoro os termos, ao Sr. Prefeito com relação ao problema de táxis de Curitiba. E V. Exa. agora vem dizer que o Sr. Diretor do Detran, Marcos Prado, não tomou nenhuma providência com relação à liberação das placas.

O SR. FUAD NACLI — Quero deixar bem claro que não tomou, porque o Detran quando estavam sendo emplacados os carros, tinha por obrigação tomar uma atitude.

O sr. Fabiano Braga Cortes — O Diretor do Detran, segundo uma reunião que houve em Palácio da qual participaram o Sr. Secretário do Interior, representando o Sr. Governador do Estado, o Diretor do Detran e o Prefeito Municipal de Curitiba, disse que não tomou nenhuma providência porque respeitou a autonomia dos Municípios que liberaram. Agora, quanto ao outro ponto que V. Exa. diz que existe marmelada na Prefeitura, de que o Deputado Paulo Poli disse ontem que existe e ele vai provar que existe grande marmelada, eu me congratulo, porque como diz o Deputado Erondy Silvério, nossa função é tomar medidas energéticas. Agora o que não pode, sr. Deputado, é vir dizer que existe marmelada e não provar. Isso não pode! Vem o Deputado à Tribuna e diz isso e não prova. Acho que quando diz deve provar, deve vir à Tribuna com os documentos na mão. Porque amanhã a imprensa publica que o Deputado tal foi à Tribuna e disse que há marmelada, mas não provou nada. Acho que o Deputado deve ir à Tribuna com papel na mão, dizer isso e está aqui a prova. Não tenho procuração para defender o Prefeito, mas para preservar o bom nome do Legislativo deverem existir provas.

Com relação ao problema dos "piranhas", o Prefeito Municipal de Curitiba já liberou 600 placas pelo que soube pelo Secretário do Interior e vai liberar mais 600. O problema social que foi criado, não é culpa do Prefeito de Curitiba, porque esses "piranhas", como dizem na gíria emplacaram os carros nos Municípios vizinhos de Curitiba e não residem naqueles Municípios. Quem é o culpado disso?

Ontem um Deputado ficou constrangido comigo, dizendo que eu estava atacando e difamando os Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba. Me perguntou, de quem é a culpa? É culpa do Prefeito Municipal de Curitiba o problema social que foi criado? Não ele não tem culpa nenhuma. Não vejo porque atacar o Prefeito com relação ao problema dos "piranhas".

O Sr. Prefeito tem um Conselho Municipal de Trânsito está estudando as necessidades de táxis em Curitiba, como diz o Deputado Erondy Silvério, tem 12 mil inscritos na fila, aguardando a liberação das placas. Problema social seria se o Prefeito Municipal de Curitiba liberasse as 12 mil placas. Daí seria um problema social.

Então, Deputado Fuad Nacli, concordo com V. Exa. no que diz respeito a que o Prefeito Municipal errou e desrespeitou o Poder Legislativo, não respondendo o pedido de informações.

Agora, quanto ao problema de táxis V. Exa. é um Deputado inteligente, que está debatendo esse problema porque vê que é um problema social que está preocupando a população curitibana.

Veja V. Exa., o Deputado Antonio Belinati disse que encontrou um motorista de taxi que está desesperado, que tem pessoa doente na família que precisa pagar o táxi que comprou e que foi liberado num Município vizinho.

Agora, eu pergunto: Era para trabalhar no Município Não era. Era para trabalhar em Curitiba. Agora, a Prefeitura Municipal ganhou o Mandado de Segurança. O que a Prefeitura tem que fazer? Tem que cumprir a Lei!

Então, nobre Deputado Paulo Poli com relação ao problema dos "piranhas", tenho a dizer a V. Exa. e V. Exa. há de convir comigo neste particular — O Sr. Prefeito Municipal de Curitiba está apenas, única e exclusivamente cumprindo a Lei.

Muito obrigado.

O SR. FUAD NACLI — Deputado Fabiano Braga Cortes, V. Exa. sempre usou desta Tribuna e dos apartes, e é uma satisfação termos os apartes de todos os deputados. Mas gostaríamos de terminar aqui, dando oportunidade a todos os Deputados que quiserem usar a Tribuna, para explicações pessoais.

Dissemos e vamos repetir, que estamos aqui para dizer daquilo que temos conhecimento, com referência aos desmandos que nós dissemos, dos buracos de Curitiba. Isto é um direito que assiste qualquer cidadão. Hoje, Curitiba é o paraíso dos buracos; com referência à corrupção ou marmeladas que ontem foram denunciadas desta Tribuna — nós não dissemos isto e nem vamos dizer. Nós, quando vamos denunciar alguém denunciamos com provas concretas. Tanto é verdade, que fazemos parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e tivemos necessidade de provar se há corrupção ou não. Não podemos denunciar aqui alguém, apenas para dar oportunidade à imprensa ou a quem quer que seja, de tirar proveito da situação.

Ontem houve uma crítica ao Prefeito Municipal, e em resposta a isto, o DETRAN, que funciona de comum acordo com a Prefeitura Municipal, instituiu uma "blitz" para prender os motoristas. Não vejo razão para tal atitude! Não vejo razão para que seja tirada a oportunidade desses motoristas trabalharem.

Não estou aqui para defender os "piranhas", não preciso subir à Tribuna, para angariar votos procurando a desgraça de quem quer que seja ou apenas para subir mais um degrau, espezinhando a quem quer que seja. Tenho mais de 40 Municípios onde eu poderia pegar a 2.ª legenda, para pegar votação. Quero dizer, que o que me traz à Tribuna foi a sensibilidade que me foi tocada quando, conversando com dois motoristas — não me lembro, infelizmente, do número das chapas dos seus carros nem os nomes dos cidadãos, mas os conheço — percebi que são homens bem intencionados, homens de boa formação, formação religiosa, homens que tem o dever de levar o pão aos seus filhos e, com lágrimas nos olhos disseram que aquele era o seu único ganha-pão que eles tinham.

Com referência aos Prefeitos de Municípios vizinhos, acho que houve um erro muito grave porque todos os Prefeitos da área Metropolitana sabiam que eles iriam trabalhar em Curitiba. Porque nenhum Município compõe 600 carros quase nem 10.

O que nos revolta é a forma como o Prefeito Municipal de Curitiba vem tratando o Poder Legislativo e vem tratando aqueles que são humildes — não somente o Sr. Prefeito Municipal o DETRAN também.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Com referência aos "piranhas" há muito motorista da Capital que também é "piranha" principalmente aqueles que buscam o passageiro no aeroporto. Nós vemos motoristas de Curitiba, fazendo ponto lá no Aeroporto.

O SR. FUAD NACLI — Agradeço ao Deputado Erondy Silvério, e a todos.

Nós voltaremos a esta Tribuna, se Deus quiser, e se necessário for nos destigaremos da ARENA e tentaremos a nossa independência nesta Casa. se a atitude dos homens que compõem a equipe do Governo, os homens que estão no Governo continuar sendo esta, ou seja, de nos tratar de maneira como vem fazendo.

Queremos aqui dizer, pela primeira vez, aos srs. Deputados que somos um homem independente moralmente falando, financeiramente e politicamente falando; não precisamos da Assembléia para levar o pão aos nossos filhos. mas não podemos ficar aqui nesta Casa espezinhados por um Prefeito Municipal ou por um Diretor de um Departamento, aceitando o trato que vêm dando a esta Casa. Se os demais Pares desta Casa aceitam, este Deputado que vos fala não vai mais aceitar tal tratamento, seja de quem for. Queremos dizer que aqui estamos, a defender o Governo, ainda ontem estivemos com Sua Excelência o Sr. Governador Emilio Gomes e fomos muito bem recebidos, nada temos a falar do Sr. Governador. Mas quando se fala em termos de equipe, quando se fala em ARENA, dizem que o Deputado não pode criticar porque faz parte da equipe do Governo. Então, os maus elementos que sejam separados do Governo, que sejam separados daqueles que querem elevar o Paraná ao segundo Estado da Federação!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12 à Hora Regi- mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 249-73.
 - 2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 233-73, 244-73.
 - 1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 224-73.
- Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 261-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.059, de 10 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a José Antonio Maingue, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1971, a partir de 15 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 276-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar a funcionária Ivete Dores Ruiz Ramin, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 277-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.061, de 17 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar Lindamir Edil Caran, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 2.a Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 278-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar o funcionário Hamilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 18 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 279-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.656-73, de 25 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Alice do Rosário Antunes, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 05 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 280-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.350-73, de 18 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Jair Alves de Mendonça, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Francisco Borsari Neto.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 281-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.554-73, de 23 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Aristoxenes Dall'Stella, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de outubro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA — N.º 282-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.335-73, de 18 de outubro de 1973, deste Poder

RESOLVE:

consignar voto de louvor ao funcionário Armando Soichi Iwaia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pela realização de trabalho de caráter técnico-científico de reformulação e organização do serviço de controle geral de material de consumo, que resultou no aprimoramento da Divisão de Material e Patrimonio chefiada pelo citado funcionário.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 283-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.918-73, de 05 de novembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Maria Lidia Ratzk, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 06 de novembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de novembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 284-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.788-73, de 30 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários Luiz Carlos Ferreira Lima e Dalila dos Santos, para prestarem serviços na Liderança da "ARENA" respectivamente, no Gabinete dos Deputados Haroldo Bianchi e Paulo Camargo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de novembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.º 285-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 10.682-73 de 25 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Jeanete Albergue, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 23 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de novembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral